

economia

Maior lote de restituição do IR pode ser consultado hoje

Cerca de 5,6 milhões de contribuintes receberão R\$ 9,5 bilhões

/ CONJUNTURA

A partir das 10h de hoje, cerca de 5,6 milhões de contribuintes que entregaram a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física saberão se acertaram as contas com o Leão. Nesse horário, a Receita Federal libera a consulta ao primeiro dos cinco lotes de restituição de 2023, com a inclusão de todos os contribuintes do Rio Grande do Sul com direito a receber. O lote também contempla restituições residuais de anos anteriores.

Ao todo, 5.562.065 contribuintes receberão R\$ 9,5 bilhões. Todo o valor, informou o Fisco, irá para contribuintes com prioridade no reembolso. Por causa das enchentes no Rio Grande do Sul neste ano, os contribuintes gaúchos foram incluídos na lista de prioridades.

A maior parte, 2.595.933 contribuintes, têm entre 60 e 79 anos. Em seguida, há 1.105.772 contribuintes cuja maior fonte de renda é o magistério. Em terceiro, vêm 886.260 declarações de contribuintes gaúchos, incluindo exercícios anteriores, totalizando mais de R\$ 1 bilhão.

Em quarto lugar, estão 787.747 contribuintes que informaram a chave Pix do tipo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) na declaração do Imposto de Renda ou usaram a declaração pré-preenchida. Desde o ano passado, a informação da chave Pix dá prioridade no recebimento. O restante dos contribuintes é for-



Gaúchos que já entregaram a declaração foram incluídos na lista de prioridades

mado por 258.877 idosos acima de 80 anos e 162.902 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave.

A consulta poderá ser feita na página da Receita Federal na internet. Basta o contribuinte clicar em “Meu Imposto de Renda” e, em seguida, no botão “Consultar a Restituição”. Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal para tablets e smartphones.

O pagamento será feito em 31 de maio, na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do Imposto de Renda. Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se verificar pendência, pode enviar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes da malha fina.

Se, por algum motivo, a res-

tituição não for depositada na conta informada na declaração, como no caso de conta desativada, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil. Nesse caso, o cidadão poderá agendar o crédito em qualquer conta bancária em seu nome, por meio do Portal BB ou ligando para a Central de Relacionamento do banco, nos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Caso o contribuinte não resgate a restituição depois de um ano, deverá requerer o valor no Portal e-CAC. Ao entrar na página, o cidadão deve acessando o menu “Declarações e Demonstrativos”, clicar em “Meu Imposto de Renda” e, em seguida, no campo “Solicitar restituição não resgatada na rede bancária”.

Governo piora projeção de déficit no ano para R\$ 14,5 bilhões

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) elevou a projeção de déficit das contas públicas neste ano de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 14,5 bilhões. Apesar da piora, o resultado projetado segue dentro do intervalo de tolerância prevista no novo arcabouço fiscal para o cumprimento da meta fiscal de déficit zero.

Pela regra, há uma margem de tolerância de 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto) para menos ou mais. Na prática, o governo poderá chegar ao final do ano com um déficit de até R\$ 28,8 bilhões sem estourar a meta.

A nova projeção de déficit foi encaminhada ao Congresso nesta quarta-feira (22) no segundo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do Orçamento deste ano.

O governo reverteu o bloqueio de R\$ 2,9 bilhões feito no primeiro relatório, em março, para não estourar o teto de gastos do novo arcabouço, e também não precisou fazer um contingenciamento das despesas para cumprir a meta fiscal de déficit zero. A reversão do bloqueio ajuda a diminuir a pressão dos Ministérios das pastas que tinham sido mais afetados pelo

corde em março sobre os ministros Fernando Haddad e Simone Tebet (Panejamento).

Na época, os ministérios das Cidades e dos Transportes foram os principais alvos do bloqueio de R\$ 2,9 bilhões em verbas no Orçamento, uma medida preventiva para evitar o estouro do limite de despesas do novo arcabouço fiscal. Apesar do aumento da previsão de despesas obrigatórias, a reversão do bloqueio foi possível porque o governo conseguiu abrir um espaço fiscal permanente de R\$ 15,8 bilhões em novas despesas.

O artigo 14 da lei que criou o novo arcabouço fiscal permitia essa ampliação caso a avaliação das receitas fosse favorável no relatório de avaliação do Orçamento do segundo bimestre, o que de fato aconteceu.

A ampliação do espaço de despesas amorteceu o aumento dos gastos obrigatórios.

Os números do governo mostram uma perspectiva mais otimista do que a do mercado financeiro, que espera um déficit de 0,70% do PIB para este ano diante das previsões diferentes da alta da arrecadação até o final do ano.

RAFAEL NEDDERMEYER/FOTOS PÚBLICAS/DIVULGAÇÃO/JC



Resultado ainda está na margem de tolerância do arcabouço fiscal

Projeto-piloto do Drex terá segunda fase de testes

O projeto-piloto do Drex, moeda virtual do Banco Central (BC) em estudo, entrará na segunda fase de testes. A nova etapa permitirá a conexão com serviços e modelos de negócios criados pelos consórcios que participam do desenvolvimento da nova moeda. O início da segunda etapa de testes foi autorizado por resolução do BC publicada ontem. Até agora, apenas os serviços associados ao Drex criados pelo BC tinham sido testados.

Na segunda fase de testes, a infraestrutura criada para o projeto-piloto passará a testar a im-

plementação de smart contracts (contratos automatizados) criados e geridos por terceiros participantes da plataforma. Como a nova etapa envolverá diferentes casos de uso, com ativos não regulados pelo Banco Central, haverá a necessidade da participação de outros órgãos reguladores, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que acompanha o desenvolvimento do Drex desde o início.

As soluções tecnológicas, ressaltou o BC, precisarão garantir a preservação da privacidade dos cidadãos. Segundo a autoridade monetária, os testes, até agora, não

mostraram “a maturidade necessária” para cumprir os requisitos jurídicos de segurança dos dados dos cidadãos. Nas próximas semanas, o BC abrirá prazo para que os atuais participantes do projeto-piloto apresentem propostas de casos de uso. As iniciativas selecionadas serão testadas em julho. Ao longo do terceiro trimestre deste ano, o BC receberá novas propostas de candidatura de entidades interessadas em participar do desenvolvimento do Drex. Os participantes escolhidos deverão testar a implementação de smart contracts até o primeiro semestre de 2025.

DR. ALCEU KNIJNIK
CREMERS 6753

MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA

DIABETE - TIREÓIDE
ALTERAÇÕES DO COLESTEROL

PRÇA DOM FELICIANO, 78 CJ. | 1101 - CENTRO - PORTO ALEGRE

FONE ☎ 3221.7172